

Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 61.723.847/0001-99 - NIRE 35300016092

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de Agosto de 2023

1. Data, hora e local: em 15 de agosto de 2023, às 11h00, na sede social da **Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. Presente também a Sra. Cristiane Alessandra Cabral de Moura Coutinho. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Jamil Saud Marques; Secretária: Sra. Cristiane Alessandra Cabral de Moura Coutinho. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (I) o aumento do capital social da Companhia mediante emissão de novas ações; e (II) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Considerações Preliminares:** A única acionista autorizou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76. **6. Deliberações:** Colocada as matérias em discussão e posterior votação, os representantes da única acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram o que segue: **6.1.** Aumentar o capital social da Companhia, de R\$ 43.167.879,75 (quarenta e três milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos), para R\$ 44.167.879,75 (quarenta e quatro milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos) mediante a emissão de 50.000.000 (cinquenta milhões) de novas ações nominativas, sendo 43.387.275 (quarenta e três milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentas e setenta e cinco) ordinárias e 6.612.725 (seis milhões, seiscentos e doze mil, setecentas e vinte e cinco) preferenciais, ao preço de emissão de, aproximadamente, R\$ 0,02 (dois centavos) por ação, fixado com base no artigo 170, §1º, inciso II, da Lei 6.404/76, totalizando, portanto, um aumento de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). As novas ações são totalmente subscritas pela única acionista e integralizadas, neste ato, em moeda corrente nacional, nos termos do Boletim de Subscrição anexo à presente ata na forma de **Anexo I 6.2.** Em vista da deliberação 6.1 acima, alterar o caput do Art. 6º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte nova redação: **"Art. 6º. O capital social é de R\$ 44.167.879,75 (quarenta e quatro milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos) dividido em 119.556.170 (cento e dezenove milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 103.744.329 (cento e três milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, trezentas e vinte e nove) ordinárias e 15.811.841 (quinze milhões, oitocentos e onze mil, oitocentas e quarenta e uma) preferenciais."** **6.3.** E, por fim, consolidar o Estatuto Social da Companhia, já contemplando a deliberação acima na forma de **Anexo II** à presente ata. **7. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Cristiane Alessandra Cabral de Moura Coutinho, Secretária. Acionista: Neon Holding Ltda. *(Confere com a original lavrada em livro próprio).* São Paulo, 15 de agosto de 2023. **Jamil Saud Marques** - Presidente; **Cristiane Alessandra Cabral de Moura Coutinho** - Secretária. JUCESP nº 464.051/23-0 em 11/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Art. 1º - Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º** - A sociedade tem sede, foro jurídico e administração na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, 2º andar, Água Branca, CEP 05001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir, manter ou extinguir filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional ou fora dele, mediante deliberação de sua Diretoria. **Art. 3º** - A sociedade terá por objetivo: a) Operar com exclusividade em Bolsa de Valores, à vista, opções e a termo, com títulos e valores mobiliários de negociação autorizada; b) Comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pela CVM e pelo Banco Central do Brasil, nas suas respectivas áreas de competência; c) Subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; d) Realizar a custódia e escrituração de fundos e clubes de investimentos, bem como a distribuição; e) Incumbir-se da subscrição, transferência e da autenticação de endossos, desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros, dividendos e outros rendimentos de títulos e valores mobiliários; f) Intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; g) Exercer funções de agente fiduciário, de emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais; h) Instituir e organizar fundos mútuos e clubes de investimento; i) Emitir certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures; j) Praticar operações de conta margem, observada a regulamentação da CVM; k) Realizar operações compromissadas; l) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil; m) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pela CVM e pelo Banco Central do Brasil, nas respectivas áreas de competência; n) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e o) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM; **Art. 4º** - É vedado à sociedade: a) Distribuir títulos e valores mobiliários de sociedades privadas não registradas no Banco Central do Brasil ou títulos cuja venda tenha sido por ele suspensa ou proibida; b) Divulgar informações falsas, manifestamente tendenciosas ou imprecisas, a fim de incrementar a venda ou influir no curso dos títulos ou valores mobiliários; c) Consorciar-se com a finalidade de influir no curso de títulos e valores mobiliários, provocando oscilações artificiais de seu preço; d) Adquirir bens imóveis, não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverão ser vendidos, dentro do prazo de um ano, a contar do recebimento, prazo esse prorrogável a critério do Banco Central do Brasil; e e) Praticar outros atos vedados pelo Banco Central do Brasil ou C.V.M. **Art. 5º** - A sociedade durará por tempo indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Art. 6º** - O capital social é de R\$ 44.167.879,75 (quarenta e quatro milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos) dividido em 119.556.170 (cento e dezenove milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 103.744.329 (cento e três milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, trezentas e vinte e nove) ordinárias e 15.811.841 (quinze milhões, oitocentos e onze mil, oitocentas e quarenta e uma) preferenciais. **Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral. **Parágrafo Segundo** - As ações poderão ser representadas por cautelas, títulos e múltiplos ou certificados de ações, que serão assinados por um dos Diretores Executivos I, em conjunto com qualquer outro Diretor da Companhia. **Art. 7º** - As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam de prioridade no reembolso do capital, na hipótese de liquidação da sociedade. **Capítulo III - Assembleia Geral - Art. 8º** - A Assembleia Geral será convocada, em caráter ordinário ou extraordinário, por um dos Diretores Executivos I da Companhia e a convocação e o "quórum" para instalação e deliberação obedecerão às normas deste Estatuto e da Lei de Sociedades Anônimas. **Parágrafo Único** - Acionistas possuidores de pelo menos dez por cento do capital deverão ser convocados por e-mail, carta registrada ou Sedex. **Art. 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social para fins prescritos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Art. 10** - Sempre que possível, as Assembleias Gerais serão presididas por um dos Diretores Executivos I, que convidará um dos presentes, acionistas ou não, para secretariá-lo. **Art. 11** - Para que o acionista possa tomar parte nas Assembleias Gerais é necessário que suas ações estejam inscritas no livro competente até 3 (três) dias antes da data marcada para a realização de reunião. **Art. 12** - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído a menos de 1 (um) ano, mediante depósito do instrumento público de mandato, na sede da sociedade, com antecedência de 3 (três) dias da realização da assembleia. **Capítulo IV - Administração - Art. 13** - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 10 (dez) membros. **Parágrafo Primeiro** - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado após a homologação de seu nome pelo Banco Central do Brasil. **Parágrafo Segundo** - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral, conforme aplicável. **Art. 14** - A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores. **Art. 15** - Os membros da Diretoria serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral e terão as seguintes designações: **a)** Diretor Executivo I; e **b)** Diretor Executivo II. **Parágrafo Primeiro** - Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Segundo** - A remuneração da Diretoria será fixada de acordo com o limite aprovado pela Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro** - Ocorrendo vaga na quantidade mínima de Diretores, deverá imediatamente se reunir a Assembleia Geral para eleger o membro que preencherá a vaga, permanecendo os Diretores em seus cargos até a posse de seus substitutos, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 13 supra. **Art. 16** - A Diretoria se reúne validamente com a presença de pelo menos 02 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente um dos Diretores Executivos I. **Art. 17** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por um dos Diretores Executivos I ou pela maioria de seus membros. **Parágrafo Único** - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os Diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião. **Art. 18** - As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião. **Art. 19** - Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes. **Art. 20** - É expressamente proibido a qualquer diretor ou mesmo à Diretoria praticar atos de liberalidade à custa da sociedade, tais como avais, fianças, cauções e endossos que não tenham por objeto os negócios sociais. **Art. 21** - A representação da Companhia e a prática de atos necessários ao seu funcionamento serão realizadas da seguinte forma: i. Por 2 (dois) Diretores em conjunto; ii. Por qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais; ou iii. Por 1 (um) procurador com poderes especiais, observado o previsto no Parágrafo Primeiro desse Artigo. **Parágrafo Primeiro** - A Diretoria, mediante a assinatura de 2 (dois) Diretores, poderá constituir procuradores em nome da Companhia, especificando, nos respectivos instrumentos, todos os poderes que serão atribuídos aos mesmos, cujo prazo de duração não poderá ser superior a 1 (um) ano, excluídas do limite de duração apenas as procurações ad judicium. **Parágrafo Segundo** - Limite de Alçadas - Para celebração de quaisquer atos prevendo o pagamento de obrigações em uma única transação ou em uma série de transações correlatas, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos ou término de referido ato, excetuando-se nos casos de renovação dos atos e/ou alteração de cláusulas de atos já firmados que não impactem no valor serão aprovadas da seguinte forma: i. Atos de até R\$ 999.999,99 (quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) - assinatura por qualquer Diretor (Executivo I ou Executivo II) e um 1 (um) Procurador; ii. Atos até R\$ 999.999,99 (novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) - assinatura de 2 (dois) Diretores Executivos II; e iii. Atos acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): assinatura de 3 (três) Diretores Executivos I ou 1 (um) Diretor Executivo I e 1 (um) Diretor Executivo II. **Capítulo V - Atribuições da Diretoria Estatutária - Art. 22** - A Diretoria terá amplos poderes para administrar a companhia e para realizar todos os atos e operações relacionadas ao objeto social, observando as disposições deste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - aos Diretores Executivos I competirá a responsabilidade pela representação institucional, definição das estratégias, bem como da prestação de contas da Sociedade, sendo atribuída a responsabilidade pelo acompanhamento geral dos negócios da Sociedade, e pela operação da Sociedade perante o Banco Central do Brasil, nos termos da legislação aplicável em vigor, sendo responsáveis pelas informações prestadas; **Parágrafo Segundo** - Além do previsto no Parágrafo Primeiro acima, as Diretorias Executivas I e II serão responsáveis pelos assuntos a seguir especificados a serem atribuídos aos diretores de acordo com as suas competências: I. responsabilidade pela preparação das demonstrações financeiras e da gestão financeira da Sociedade; II. responsabilidade pela gestão de riscos da Sociedade; III. responsabilidade pelas operações da Sociedade e pelas atividades administrativas; e IV. responsabilidade pela definição da política comercial, operações e relação com os clientes. **Parágrafo Terceiro** - Adicionalmente, a Diretoria será responsável, também, por: I. fixar a orientação geral dos negócios; II. aprovar o orçamento geral, o plano de negócios e quaisquer alterações; III. elaborar o relatório da administração a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral; IV. aprovar a aquisição, transferência ou constituição de ônus, sob qualquer forma, direta ou indiretamente, sobre seus bens e direitos; e V. quaisquer outras matérias que, nos termos da legislação aplicável ou deste Estatuto Social, não sejam de competência privativa da Assembleia Geral. **Parágrafo Quarto** - Caberá à Diretoria definir os responsáveis pelas atividades que necessitem de indicação nominal junto ao Banco Central do Brasil. **Parágrafo Quinto** - Os Diretores eleitos poderão acumular mais de 1 (uma) função atribuída, exceto nos casos em que a lei e/ou a regulamentação aplicável dispuserem em sentido contrário. **Capítulo VI - Conselho Fiscal - Art. 23** - O Conselho fiscal, que somente se instalará a pedido de acionistas detentores de tal direito, será composto de 05 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, e será eleito pela Assembleia Geral de acionistas, permitindo-se a reeleição. **Art. 24** - Os suplentes substituirão os efetivos na ordem indicada pela Assembleia Geral. **Art. 25** - O Conselho fiscal somente funcionará nos exercícios fiscais em que for instalado, a pedido de acionistas que representem no mínimo um décimo das ações com direito a voto, ou acionistas representantes de 05% (cinco por cento) de ações sem direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. **Parágrafo Único** - O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal, ainda que a matéria não conste do anúncio de convocação, poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, que elegerá os seus membros. **Art. 26** - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e transcritas em livro próprio. **Art. 27** - Os membros do Conselho Fiscal, durante o prazo de seu funcionamento, farão jus a uma remuneração que será fixada pela Assembleia Geral que o constituir. **Capítulo VII - Exercício Social - Art. 28** - O ano social será de 19 de janeiro a 31 de dezembro, coincidindo com o ano civil. **Art. 29** - No fim de cada exercício proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei, com observância das prescrições legais, e do lucro líquido se verificado, serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Primeiro** - O saldo ficará à disposição da Assembleia Geral, que o distribuirá como bem entender, assegurado aos acionistas o direito do recebimento de dividendos anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos, ajustados nos termos da lei e das condições estabelecidas pela deliberação da referida Assembleia que decidir a respeito. **Parágrafo Segundo** - A administração da sociedade poderá distribuir dividendos intermediários, conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 204, da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com base em balanço levantado para atender a exigências governamentais, e desde que entenda não prejudicar os negócios sociais. **Capítulo VIII - Disposições Gerais - Art. 30** - A sociedade entrará em liquidação nos casos especificados em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, designar o liquidante e o Conselho Fiscal que funcionará durante essa fase. **Art. 31** - Acordos de acionistas arquivados na sociedade, na forma do artigo 118 de Lei 6404/76, legitimam-na para sua execução específica. **Parágrafo Único** - Os acordos de acionistas somente terão validade após manifestação do Banco Central do Brasil à respeito deles. **Art. 32** - Os eventuais casos omissos ou não previstos neste Estatuto serão regulados pela Lei de Sociedades Anônimas e pelas demais disposições que regem a matéria. **Capítulo IX - Da Ouvidoria - Art. 33** - Em consonância com a Resolução CMN nº 4.860, de 23 de outubro de 2020, emitida pelo Banco Central do Brasil, fica instituída a Ouvidoria da Companhia que será regida pelas normas e disposições emanadas pelo Banco Central do Brasil. **Parágrafo Primeiro** - A Ouvidoria terá as seguintes atribuições: I. prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Instituição; II. atuar como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e III. informar à Diretoria da Instituição a respeito das atividades de Ouvidoria. **Parágrafo Segundo** - As atribuições da ouvidoria abrangem as seguintes atividades: I. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; II. prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; III. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; IV. manter o conselho de administração ou, na sua ausência, a diretoria da instituição, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los; e V. elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria, quando existente, e ao conselho de administração ou, na sua ausência, à diretoria da instituição, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **Parágrafo Terceiro** - O atendimento prestado pela ouvidoria, I. deve ser identificado por meio de número de protocolo, o qual deve ser fornecido ao demandante; II. deve ser gravado, quando realizado por telefone, e, quando realizado por meio de documento escrito ou por meio eletrônico, arquivada a respectiva documentação; e III. pode abranger: a) excepcionalmente, as demandas não recepcionadas inicialmente pelos canais de atendimento primário; b) as demandas encaminhadas pelo Banco Central do Brasil, por órgãos públicos ou por outras entidades públicas ou privadas. **Parágrafo Quarto** - O prazo de resposta para as demandas não pode ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação. **Parágrafo Quinto** - O Ouvidor será designado pela Diretoria, o Ouvidor deverá atender as exigências mínimas para ocupação do cargo, que compreendem: I. sendo condição para sua nomeação aprovação em exames de certificações por entidades de reconhecida capacidade técnica; II. conhecimentos técnicos específicos relativos ao segmento do sistema financeiro, relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros e prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo; e III. possuir reputação ilibada. **Parágrafo Sexto** - O prazo de atuação do Ouvidor será por 24 (vinte e quatro) meses. **Parágrafo Sétimo** - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor caso ele descumpra as atribuições previstas pertinentes ao cargo, a qualquer tempo. **Parágrafo Oitavo** - A Companhia assume de forma expressa o compromisso de: I. criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção. II. assegurar o acesso da ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **Mesa:** Jamil Saud Marques - Presidente; Cristiane Alessandra Cabral de Moura Coutinho - Secretária.

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>